



## CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 010/2024

Que entre si realizam, de um lado, o Município de Capela de Santana, Estado do Rio Grande do Sul, Órgão de Direito Público, inscrito no CNPJ n.º 92.122.720/0001-48, com sede na Av. Coronel Orestes Lucas, n.º 2335, cidade de Capela de Santana – RS, representado neste ato pelo Prefeito Municipal José Alfredo Machado, residente e domiciliado no Bairro Imigrantes, Capela de Santana – RS, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e de outro lado a Empresa **CONSTRUTORA E PAVIMENTADORA PAVICON LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na EST RS 239, n.º 707, bairro Operário, na cidade de Novo Hamburgo/RS, inscrita no CNPJ n.º 88.256.979/0001-04, representada neste ato pelo Sr. Batista Roque Bagattini, residente e domiciliado na Rua do Parque, n.º 350, bairro Padre Réus, na cidade de São Leopoldo/RS, portador do CPF n.º 251.143.369-9, doravante denominado de **CONTRATADA**, acordam e ajustam firmar o presente contrato nos termos da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, assim como pelas condições da Licitação na Modalidade de Tomada de Preços n.º 21/2023, Processo Administrativo Licitatório n.º 706/2023, **DECLARAM** pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si a execução de Obra em Regime de **EMPREITADA GLOBAL**, que consiste na execução, EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL TIPO MENOR PREÇO UNITÁRIO GLOBAL, para a execução de Recapeamento Asfáltico (Pavimentação em CBUQ), sendo uma área de 1.000 m² da Estrada Transaçoiana – Etapa 2A, no Município de Capela de Santana-RS, conforme descrito na cláusula segunda do objeto e demais cláusulas e condições a seguir expressas:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

O presente contrato tem seu respectivo fundamento e finalidade na consecução do objeto contratado, descrito na cláusula segunda, constante no Processo de Licitação na modalidade Tomada de Preços n.º 21/2023, regendo-se pela Lei Federal N.º 8.666/93 com suas alterações posteriores, legislação pertinente, direito público, e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras das obrigações, responsabilidades das partes.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

A Contratada executará o Recapeamento Asfáltico (Pavimentação em CBUQ), sendo uma área de 1.000 m² na Estrada Transaçoiana – Etapa 2A, no Município de Capela de Santana-RS, sendo tudo de acordo com o Projeto Técnico de Engenharia (Memoriais Descritivos, Planilhas de Orçamentos, Cronogramas e Plantas das Obras) que são partes integrantes e indissociáveis do presente processo licitatório, independentemente de transcrição.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

A Contratada para a execução do Objeto descrito na Cláusula Segunda deste instrumento contratual, cobrará do Município o valor total de **R\$ 1.879.262,73 (um milhão, oitocentos e setenta e nove mil, duzentos e sessenta e dois reais com setenta e três centavos)**, nos termos da proposta financeira apresentada na licitação retro referida que também é parte integrante deste instrumento contratual.



## **CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado de acordo com o cronograma físico-financeiro da obra, ocorrendo sempre após o recebimento da fatura acompanhada da planilha de medição, aprovada pelo Engenheiro responsável pela fiscalização de obras do Município, através da seguinte dotação orçamentária do orçamento vigente: **08.12.4.4.90.51.91 (11681)**

**Para o efetivo pagamento, as faturas deverão se fazer acompanhar da guia de recolhimento.**

Para o efetivo pagamento, as faturas deverão se fazer acompanhar da guia de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativa aos empregados utilizados na obra.

Serão processadas as retenções previdenciárias nos termos da lei que regula a matéria.

## **CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO**

O prazo para execução da obra é de 120 (cento e vinte) dias, a contar da emissão da **ordem de serviço**, o mesmo deverá começar a obra 10 dias após a assinatura da ordem de início, descontados tão-somente os dias de chuva e os impraticáveis, registrados nos diários de obras, podendo ser aditivado conforme interesse público. (Conforme Cronograma físico-Financeiro);

## **CLÁUSULA SEXTA – DOS MATERIAIS E SERVIÇOS**

A contratada deverá fornecer materiais e executar os serviços de mão-de-obra de 1.<sup>a</sup> qualidade, de acordo com as orientações técnicas do Projeto e discriminações constantes no Memorial Descritivo e Planilha de Orçamento, os quais serão conferidos e acompanhados pelo Responsável Técnico do Município.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - ENCARGOS E RESPONSABILIDADES DA EMPRESA CONTRATADA**

**A** - Pelos reparos às suas custas de qualquer defeito que se verificar nos serviços executados.

**B** - Pelos danos que possam afetar o Município ou a terceiros em qualquer caso, durante a execução dos serviços, bem como a reparação ou indenização sem ônus ao Município ou a terceiros.

**C** - Pelo fornecimento de todos os equipamentos, máquinas, materiais, mão - de - obra, ferramentas e transportes necessários à execução da Obra.

**D** - Pela supervisão, direção técnica e administrativa dos serviços.

**E** - Pela admissão e/ou demissão do pessoal necessário, pagamento de salários e Encargos Sociais correspondentes, inclusive perante a Justiça do Trabalho.

**F** - Pela obtenção junto às repartições competentes de todas as licenças necessárias a execução dos serviços.

**G** - Pela permissão de inspeção ao local dos serviços, pela fiscalização, em qualquer tempo, devendo prestar informações e esclarecimentos solicitados.

**H** - Pelo afastamento de qualquer empregado, cuja permanência seja julgada inconveniente pela fiscalização.



**I** - Pela conservação de toda a área sob sua responsabilidade, até o recebimento definitivo dos serviços pelo Município.

**J** - Todas as despesas previdenciárias com a obra, objeto do presente contrato, serão de responsabilidade da contratada.

**K** - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

## **CLÁUSULA OITAVA - ENCARGOS E RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO DE CAPELA DE SANTANA**

**A** - Pela fiscalização desde o início até o recebimento definitivo da Obra.

**B** - Pela emissão da Ordem de Serviço.

**C** - Pelo cumprimento na forma e nas condições de pagamento estabelecidas na cláusula quarta deste contrato.

**D** - A fiscalização do presente contrato, a âmbito municipal, ficará a cargo do Secretário Municipal de coordenação e planejamento, Sr. Jorge Carlos Follmer.

**E** - A fiscalização da execução do objeto do presente contrato, ficará de inteira responsabilidade do Engenheiro Civil, Sr. Edison Luis Pulz.

## **CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES**

A contratada, não cumprindo as obrigações assumidas neste documento ou os preceitos legais, sofrerá as seguintes penalidades:

**I** - multa de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, limitado esta a 30 (trinta) dias, após o qual será considerada inexecução contratual;

**II** - multa de 8% (oito por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 01 (um ano);

**III** - multa de 10 % (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois anos).

**Observação:** as multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA**

A contratada deverá fornecer Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da obra.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**

Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto do presente instrumento, sem o consentimento prévio do Município, mediante acordo escrito, obedecendo aos limites legais.



## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA**

É obrigação da Contratada de manter durante o período de execução do objeto do presente contrato, incompatibilidade das obrigações por ela assumidas, todas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação modalidade de Tomada de Preços N.º 21/2023.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO**

Este contrato poderá ser rescindido:

Por ato unilateral da Administração, nos casos do Inciso I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993;

Pelas formas determinadas no artigo 79, da Lei n.º 8.666/93;

Amigável, por acordo entre as partes reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência Administrativa;

Por mútuo acordo ou conveniência Administrativa, recebendo a contratada somente pelo valor dos serviços efetivamente realizados, não lhe sendo devido outro a título de indenização ou qualquer outro título, no presente ou futuramente, sob qualquer alegação ou fundamento,

Judicialmente, nos termos da legislação.

A rescisão deste contrato implicará retenção de créditos decorrentes da contratação, até o limite dos prejuízos causados à Administração, bem como as assunções de serviços pela CONTRATANTE na forma que a mesma determinar.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO REAJUSTE**

O presente instrumento contratual será sem qualquer espécie de reajuste.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E RECURSOS FINANCEIROS.**

As despesas decorrentes da contratação oriunda desta licitação correrão através da seguinte dotação orçamentária do orçamento vigente: **08.12.4.4.90.51.91 (11681)**

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

Os casos omissos no presente instrumento reger-se-ão pelas disposições expressas na Lei nº 8.666/93 consolidada, pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

O presente contrato resta vinculado ao edital de licitação.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA**

- A- **O contrato terá vigência de 120 (cento e vinte) dias, a contar da emissão da ordem de início. O término da vigência contratual não exige a contratada das garantias da obra (Termo de Compromisso de garantia pela obra, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos.**
- B- O prazo do instrumento poderá ser prorrogado em comum acordo das partes, desde que justificado.



## CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução do presente objeto Contratual, e que não possam ser dirimidos pela intermediação Administrativa, fica eleito o Foro da Comarca de Portão– RS, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que se apresente.

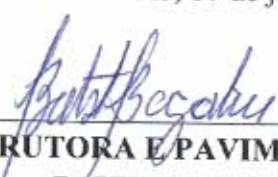
E, por estarem desta forma justos e contratados, firmam o presente com duas (02) testemunhas, em 03 (três) vias de igual teor e forma sem emendas e entrelinhas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

  
\_\_\_\_\_  
José Alfredo Machado  
Prefeito Municipal

  
\_\_\_\_\_  
Assessoria Jurídica

**Marcio Helbing**  
Advogado  
OAB/RS 99.704

Capela de Santana – RS, 17 de janeiro de 2024.

  
\_\_\_\_\_  
**CONSTRUTORA E PAVIMENTADORA**  
**PAVICON LTDA**  
CNPJ n.º 88.256.979/0001-04